

Trabalho sem positividade, valor sem valor e imaterialidade sem materialidade

Ricardo Antunes¹

Resumo

Este texto propõe uma crítica da crítica, mesmo que introdutória, acerca de três questões que nos parecem centrais na obra de Gorz e em sua polêmica com Marx: seu entendimento acerca da categoria trabalho; sua crítica ao conceito de proletariado e o significado contemporâneo que ele confere à teoria do valor. Tomaremos como referência central seus livros *Metamorfoses do Trabalho* (2003) e *Imaterial* (2005), remetendo-o por vezes à *Adeus ao Proletariado* e entrevistas de sua safra.

Palavras-chave

André Gorz; Karl Marx; Trabalho; Proletariado; Teoria do valor.

Work without positivity, value without value and immateriality without materiality

Abstract

This article proposes a critic of a critic about three questions that seems to be central in the works of Gorz and in his controversy with Marx; his criticism of the concept of proletariat; his understanding of the category work and the contemporary meaning that he gives to the labor theory of value. To this the end the Brazilian editions of his books *Metamorphoses du Travail* (2003) and *L'immatériel* (2005) are used as a central reference. This article also uses some of Gorz interviews and sometimes his book *Farewell to the Working Class*.

Keywords

André Gorz; Karl Marx; Proletariat; Labor theory of value.

Discutir a obra de André Gorz é um empreendimento difícil, dada a amplitude de sua obra, suas múltiplas fases e momentos, sua originalidade, suas oscilações, suas continuidades e descontinuidades. Mesmo sendo leitor de alguns de seus livros, não me aventuraria a fazer uma análise crítica de sua volumosa e densa produção, trabalho para especialista da escritura gorziana. Faço, então, algo muito mais modesto neste espaço: pretendo tão somente indicar algumas notas polêmicas acerca de aspectos de seu labor intelectual que, em nosso entendimento, merecem um contraponto.

Parece desnecessário acrescentar que a reflexão de André Gorz é, além de vastíssima, criativa e original, freqüentemente provocativa, convite mesmo ao debate, como já pude indicar, em meu *Adeus ao Trabalho?*, onde há uma polêmica em relação à *Adeus ao Proletariado*. É imperioso reconhecer, também, que se trata de um autor que vem se debruçando intensamente na temática do trabalho, visando a difícil compreensão das suas mutações e metamorfoses.

Neste texto, então, vamos esboçar uma crítica da crítica, mesmo que introdutória, acerca de três questões que nos parecem centrais na obra de Gorz e em sua polêmica com Marx: seu entendimento acerca da categoria trabalho; sua crítica ao conceito de proletariado e o significado contemporâneo que ele confere à teoria do valor. Tomaremos como referência central seus livros *Metamorfoses do Trabalho* (2003) e *Imaterial* (2005), remetendo-o por vezes à *Adeus ao Proletariado* e entrevistas de sua safra.

I

André Gorz entende que a idéia moderna de trabalho é uma criação do capitalismo, da fase industrial, sendo, portanto, sinônimo de trabalho assalariado, fetichizado e alienado. Se isso está apresentado limpidamente nas páginas iniciais de *Adeus ao Proletariado*, está também reiterado de modo transparente em *Metamorfoses do Trabalho*.

Em suas palavras: “O que chamamos de ‘trabalho’ é uma invenção da modernidade”, generalizada sob o industrialismo, distinta de “afazeres”, de “labor”, de “autoprodução”. Trata-se de “uma atividade que se realiza na esfera pública, solicitada, definida e reconhecida útil por outros além de nós e, a este título, remunerada” (GORZ, 2003, p.21).

A idéia contemporânea de trabalho, segundo o autor, “só surge, efetivamente, com o capitalismo manufatureiro. Até então, isto é, até o século XVIII, o termo

‘trabalho’ (*labour, Arbeit, lavoro*) designava a labuta dos servos e dos trabalhadores por jornada, produtores de bens de consumo ou de serviços necessários à sobrevivência...” (GORZ, 2003, p.24).

Crítico áspero da “utopia injustificada” formulada pelo marxismo, afirma também que já “havia, em Marx, uma enorme contradição entre a teoria e as descrições fenomenológicas, admiravelmente penetrantes, da relação do operário à maquinaria: separação do trabalhador dos meios de produção, do produto, da ciência encarnada na maquinaria. Nada na descrição justifica a teoria do ‘trabalho atrativo’...” (GORZ, 2003, p.98). A questão nodal passa a ser, então, para Gorz, a liberação do trabalho. E a partir daí que se estrutura o seu *constructo* pautado pela luta pelo tempo liberado, pela renda da cidadania e por novas formas de autonomia.

Primeira nota crítica: ancorado fortemente em autores como Hannah Arendt, Gorz acaba unilateralizando o trabalho, momento por excelência da negatividade, avesso à liberdade e à criação. Seu esforço analítico, entretanto, neste ponto central, não parece convincente e sua apreensão fenomenológica (e não ontológica) do trabalho perde, em nossa opinião, a possibilidade de capturar a complexa processualidade do real, seu movimento de positividade e negatividade, criação e servidão, humanidade e desumanidade, autoconstituição e desrealização, presente em toda a história do trabalho.

Como já expusemos em outra parte (ANTUNES, 2005), no longo percurso traçado pela filosofia do trabalho, o ato laborativo tem sido compreendido como expressão tanto de vida como degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, felicidade social e servidão. *Érgon* e *pónos*, trabalho e fadiga. Momento de catarse e vivência de martírio.

De um lado, o mito prometeico do trabalho (ver, por exemplo, HESÍODO, 1990 e ÉSQUILO, s/d); de outro, o ócio como liberação, vivência da humanidade contra a desumanização. Com o evoluir da atividade humana, pode-se presenciar também que o trabalho assumia freqüentemente a dimensão de *tripaliare*, originário de *tripalium*, instrumento de tortura, momento de punição. Restava, então, sonhar com o ócio, com a folga e a preguiça.

Se Hegel (1966) escreveu páginas belas sobre a dialética do senhor e do escravo, mostrando que o senhor só se torna para si por meio do outro, do seu servo, foi Marx quem demonstrou que, ao mesmo tempo em que o trabalho é necessidade eterna para manter o metabolismo social entre humanidade e natureza, também o é, sob o mundo fetichizado da mercadoria, atividade imposta, extrínseca e exterior, forçada e compulsória, em tal intensidade que, se pudessem, os trabalhadores fugiriam do trabalho como se foge de uma peste! (MARX, 1971 e 2004).

Isto porque, para Marx, se o trabalho, em sua gênese, é expressão de uma atividade vital, em sua concretude histórico-social, ele se metamorfoseia, sob os estrangimentos dados pela “segunda natureza” mediada pelo capital, em trabalho alienado e fetichizado. O trabalho concreto, então, que cria coisas socialmente úteis, subordina-se ao trabalho abstrato, assalariado e estranhado.

Portanto, nessa primeira nota crítica queremos indicar que, menos que uma unilateralização do trabalho, em Marx há o reconhecimento de que o trabalho é expressão viva da contradição, entre positividade e negatividade, uma vez que, dependendo dos modos de vida, da produção e reprodução social, o ato laborativo tanto pode criar como subordinar, humanizar como aviltar; é tanto instrumento de liberação como fonte de escravidão. Tanto pode emancipar quanto alienar. Depende, essencialmente, da forma como são plasmadas as relações sociais de produção. Assim tem sido ao longo da história humana. Muito antes do capitalismo.

Foi capturando esses nexos de complexidade e mesmo contraditoriedade que Marx pode demonstrar que o trabalho, ao mesmo tempo em que transforma a natureza exterior, autotransforma a própria natureza humana. Portanto, unilateralizá-lo significa não apreender sua dúplice e contraditória dimensão, seus múltiplos sentidos, deixando de perceber sua verdadeira fonte de riqueza (e também de miséria). E a unilateralização desta processualidade que é complexa impede, ao invés de auxiliar, a compreensão de seu movimento por André Gorz.

Por isso, uma vida cheia de sentido em todas as esferas do ser social somente poderá efetivar-se através da demolição das barreiras existentes entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho. Desse modo, a partir de uma atividade vital cheia de sentido, de um trabalho autodeterminado, voltado para a criação de bens socialmente úteis – para além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje vigente e, portanto, sob bases inteiramente novas – poderá se erigir uma nova forma de sociabilidade, fundada no tempo disponível.

Onde ética, arte, filosofia, tempo verdadeiramente livre e ócio, em conformidade com as aspirações mais autênticas, suscitadas no interior da vida cotidiana, possibilitem a gestação de formas inteiramente novas de sociabilidade. Momento no qual liberdade e necessidade se realizem mutuamente e não de modo dual, binário e seccionado (*ver* ANTUNES, 1999). E esse empreendimento, é sempre bom lembrar, somente será possível através da ruptura com a lógica destrutiva do capital que hoje preside a (des)sociabilidade contemporânea.

Há ainda um outro ponto, nessa anotação crítica que estamos endereçando a André Gorz. Se para ele o trabalho é por excelência o reino da necessidade carente

de liberdade, é bom lembrar, com Lukács, na sua *Ontologia do Ser Social* (1980), que o trabalho, ao mesmo tempo em que é o espaço da coisificação e reificação -para lembrar também o magnífico ensaio de Lukács presente em *História e Consciência de Classe* (1975) – é também protoforma da atividade humana, momento por excelência do porvir teleológico, do ato consciente que busca finalidades. Por isso o trabalho, desde seu início, expressa também um primeiro momento preliminar de liberdade. É através do ato laborativo que se pode escolher entre múltiplas ou distintas alternativas. E, ao fazê-lo, aflora, ainda que de modo preliminar, um momento de liberdade.

Nas palavras de Lukács:

O quão fundamental é o trabalho para a humanização do homem, está também presente no fato de que sua constituição ontológica forma o ponto de partida genético para uma outra questão vital que afeta profundamente os homens no curso de toda sua história, a questão da liberdade. Sua gênese ontológica também se origina a partir da esfera do trabalho (LUKÁCS, 1980, p.112-113).

Claro que o conteúdo da liberdade aqui aflorado é essencialmente distinto nas formas mais avançadas e complexas da sociabilidade. Mas o ato teleológico, expresso através da colocação de finalidades é um ato de escolha, uma manifestação de liberdade presente no interior do processo de trabalho. É um momento efetivo de interação entre subjetividade e objetividade, causalidade e teleologia, necessidade e liberdade” (LUKÁCS, 1980, p.116-7).

Ainda segundo Lukács:

Se a liberdade conquistada no trabalho originário era necessariamente ainda rudimentar e restrita, isto em nenhum sentido altera que mesmo a liberdade mais espiritualizada e elevada deve ser obtida através dos mesmos métodos existentes no trabalho originário,

qual seja, através do domínio da ação individual própria do gênero humano sobre sua esfera natural. É exatamente neste sentido que o trabalho pode ser considerado como momento preliminar de liberdade (LUKÁCS, 1980, p. 136).

Portanto, unilateralizar o trabalho e reduzi-lo à sua dimensão exclusivamente negativa não parece um bom caminho analítico.

II

Segunda nota crítica: a noção de proletariado que Gorz atribui a Marx nos parece bastante parcial. Segundo ele, “Marx, desde 1846, concebe o proletariado como uma classe potencialmente universal, despojada de qualquer interesse particular e, portanto, suscetível de tomar o poder em suas mãos e racionalizar o processo social de produção...”. (GORZ, 2003, p.32, grifos meus).

E acrescenta:

O principal conteúdo utópico dessa concepção é que o proletariado aí é destinado a realizar a unidade do real como unidade da Razão: indivíduos despojados de qualquer interesse e de qualquer ofício particulares terminarão por se unirem universalmente com o fim de tornar racional e voluntária a mútua colaboração e, juntos, produzirem, numa mesma práxis comum, um mundo que a eles pertence inteiramente: nada poderá existir independentemente deles”, únicos entes capazes de realizar o “triunfo da unidade da Razão” (GORZ, 2003, p.36, grifos meus).

Em verdade, aqui Gorz repete o equívoco já presente em *Adeus ao Proletariado*, no qual atribui a Marx uma interpretação moldada muito mais pelo marxismo vulgar do que por Marx e que não se sustenta frente a uma análise mais rigorosa acerca da noção marxiana de proletariado e suas possibilidades.

Vale aqui registrar, de modo claro: Marx constatou as possibilidades transformadoras do proletariado, através de uma análise complexa que articulava elementos da materialidade (o papel da força de trabalho na criação do valor) com elementos da subjetividade do proletariado, que poderiam florescer em maior ou menor dimensão na contextualidade assumida pela luta entre as classes. O exemplo da Comuna de Paris, típica de seu tempo, mais confirma que infirma a proposição marxiana.

Portanto, Marx tanto captou as potencialidades revolucionárias da classe trabalhadora, quanto sua própria contingencialidade, mais próxima da imediatidade ou mesmo do reformismo. Lembremos das suas indicações (e de Engels) acerca da emergência da aristocracia operária. Ou seja, muito diferentemente da leitura de André Gorz, a classe operária, para Marx, poderia atuar tanto no espaço da contingência quanto da luta emancipatória. Sua potencialidade, entretanto, lhe possibilitaria assumir, em situações especiais, uma clara dimensão revolucionária. E isso respaldado na força da teoria do valor-trabalho e concretude da luta de classes. Não há, portanto, nenhuma sacralização obliterando a análise de Marx.

Sendo prisioneiro de uma crítica abstrata, Gorz acabou por se ver tolhido na capacidade de avançar na compreensão da nova morfologia como expressão viva da classe trabalhadora hoje, suas possibilidades e limitações. Se desapareceu seu equívoco mais forte, dado pela indeterminada não-classe dos não-trabalhadores (presente em *Adeus ao Proletariado*), infelizmente André Gorz empobreceu sobremaneira a conceitualização marxiana acerca do proletariado.

Tolhido pela unilateralização que concebe o trabalho como eivado de negatividade, vinculado a uma suposta ética positiva do trabalho (própria de Weber e estranha a Marx), Gorz pode então relacionar seu crescente descrédito nas potencialidades da classe trabalhadora (ou no proletariado) com uma suposta sacralização da concepção marxiana de proletariado. Essa conexão permitiu ao autor, de modo eurocêntrico, “justificar” seu desencanto em relação às potencialidades atuais dos trabalhadores.

Contrariamente às teses que advogam o fim do trabalho e das potencialidades da classe trabalhadora (ou do proletariado em seu sentido contemporâneo), estamos desafiados a compreender o que venho denominando como a sua nova morfologia (do trabalho e da classe trabalhadora), que compreende desde o operariado (industrial e rural), em relativo processo de redução, especialmente nos países do Norte, até o proletariado de serviços, os novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, temporários que se ampliam em escala mundial, de que são também exemplos os trabalhadores/as de *telemarketing* e *call center*, os trabalhadores que diuturnamente laboram nos bancos, os *motoboy*s que morrem nas ruas e avenidas entregando bens materiais adquiridos no universo virtual, os assalariados nos hipermercados, nos *fast food*, locais onde um crescente proletariado de serviços vivencia o que se poderia chamar de *walmartização* do trabalho, um processo de precarização acentuado que se aproxima do que Ursula Huws designou como *cybertariat*, o proletariado da era da cibernética, que vivencia as condições de trabalho (quase) virtual em um mundo (muito) real, tanto mais heterogêneo quanto ao seu perfil quanto homogêneo em sua precarização estrutural e acentuado nível de exploração de trabalho, o que possibilita descortinar novas potencialidades de organização e busca de pertencimento de classe, distantes da propalada integração do proletariado (HUWS, 2003).

Os recentes exemplos ocorridos na França, da explosão dos imigrantes (sem ou com pouco trabalho) aos estudantes e trabalhadores (na luta contra o Contrato de Primeiro Emprego) são sintomáticos.

III

Terceira nota crítica: não menos polêmica é a reflexão de André Gorz acerca da noção de imaterialidade do trabalho. Provocado pelas teorias do “capital humano” e pelas teses que propugnam a intangibilidade do “valor” gerado pelo trabalho imaterial, Gorz acaba confluindo para a idéia de que o trabalho não é mais mensurável segundo padrões e normas preestabelecidas (GORZ, 2005, p. 18).

Diferentemente do autômato, modalidade do trabalho na era da maquinaria, os

trabalhadores pós-fordistas, ao contrário, devem entrar no processo de produção com toda a bagagem cultural que eles adquiriram nos jogos, nos esportes de equipe, nas lutas, disputas, nas atividades musicais, teatrais, etc. É nessas atividades fora do trabalho que são desenvolvidas sua vivacidade, sua capacidade de improvisação, de cooperação. É seu saber vernacular que a empresa pós-fordista põe para trabalhar, e explora (GORZ, 2005, p. 19).

Assim sendo, sempre segundo o autor, o saber acaba por tornar-se a mais importante fonte de criação de valor, uma vez que está na base da inovação, da comunicação e da auto-organização criativa e continuamente renovada. O que o leva a concluir que o “trabalho do saber vivo não produz nada materialmente palpável. Ele é, sobretudo na economia da rede, o trabalho do sujeito cuja atividade é produzir a si mesmo”. (GORZ, 2005, p. 20, grifos meus).

Aflora a intangibilidade dessa forma de *labor*:

O conhecimento, diferentemente do trabalho social geral, é impossível de traduzir e de mensurar em unidades abstratas simples. Ele não é redutível a uma quantidade de trabalho abstrato de que ele seria o equivalente, o resultado ou o produto. Ele recobre e designa uma grande diversidade de capacidades *heterogêneas*, ou seja, *sem medida comum*, entre as quais o julgamento, a intuição, o senso estético, o nível de formação e de informação, a faculdade de apreender e de se adaptar a situações imprevistas; capacidades elas mesmas operadas por atividades heterogêneas que vão do cálculo matemático à retórica e à arte, de convencer o interlocutor; da pesquisa técnico-científica à invenção de normas estéticas (GORZ, 2005, p. 29).

A conclusão, então, se evidencia:

A heterogeneidade das atividades de trabalho ditas ‘cognitivas’, dos produtos imateriais que elas criam e das capacidades e saberes que elas implicam, torna imensuráveis tanto o valor das forças de trabalho quanto o de seus produtos. As escalas de avaliação do trabalho se tornam um tecido de contradições. A impossibilidade de padronizar e estandardizar todos os parâmetros das prestações demandadas se traduz em vãs tentativas para quantificar sua dimensão qualitativa, e pela definição de normas de rendimento calculadas quase por segundo, que não dão conta da qualidade ‘comunicacional’ do serviço exigido por outrem.

E acrescenta, apresentando as conseqüências desta modalidade de trabalho em relação à lei do valor:

A crise da medição do tempo de trabalho engendra inevitavelmente a crise da medição do valor. Quando o tempo socialmente necessário a uma produção se torna incerto, essa incerteza não pode deixar de repercutir sobre o valor de troca do que é produzido. O caráter cada vez mais qualitativo, cada vez mais menos mensurável do trabalho, põe em crise a pertinência das noções de ‘sobretalho’ e de ‘sobrev valor’. A crise da medição do valor põe em crise a definição da essência do valor. Ela põe em crise, por conseqüência, o sistema de equivalências que regula as trocas comerciais” (GORZ, 2005, p. 29-30).

A desmedida do valor torna-se então, a nova indeterminação reinante. O que é uma tendência – o trabalho imaterial gerado pelo saber e pela dimensão cognitiva – torna-se, para Gorz, dominante e mesmo determinante, equivoco metodológico que o leva a obstar e travar a compreensão das novas modalidades da lei do valor.

Aflora, então, a confluência entre a formulação de Gorz e a precocemente envelhecida tese habermasiana da ciência que descompensa o valor e torna supérfluo o trabalho vivo:

Com a informatização e a automação, **o trabalho deixou de ser a principal força produtiva** e os salários deixaram de ser o principal custo de produção. A composição orgânica do capital (isto é, a relação entre capital fixo e capital de giro) aumentou rapidamente. O capital se tornou o fator de produção preponderante. A remuneração, a reprodução, a inovação técnica contínua do capital fixo material requerem meios financeiros muito superiores ao custo do trabalho. Este último é com freqüência inferior, atualmente, a 15% do custo total. A

repartição entre capital e trabalho do ‘valor’ produzido pelas empresas pende mais e mais fortemente em favor do primeiro. (...) Os assalariados deviam ser constringidos a escolher entre a deterioração de suas condições de trabalho e o desemprego” (GORZ, 2005, grifos meus).

Valor sem medida, trabalho sem sobretrabalho, é inevitável uma descompensação e uma desmedida na teoria do valor, agora fortalecida pela tese da imaterialidade do trabalho.

De nossa parte, ao contrário, cremos que as formas do trabalho imaterial expressam as distintas modalidades de trabalho vivo, necessárias para a valorização contemporânea do valor. Na fase laborativa onde o saber científico e o saber laborativo mesclam-se ainda mais diretamente, a potência criadora do trabalho vivo assume tanto a forma (ainda dominante) do trabalho material como a modalidade tendencial do trabalho imaterial.

Isso porque a própria criação do maquinário informacional mais avançado é resultado da interação ativa entre o saber do trabalho (intelectual) dos trabalhadores atuando junto à máquina informatizada, transferindo parte dos seus atributos ao novo equipamento que resultou deste processo, objetivando atividades subjetivas, dando novas dimensões e configurações à teoria do valor. E as respostas cognitivas do trabalho, quando suscitadas pela produção, são partes constitutivas do trabalho social, complexo e combinado, que cria coletivamente valor.

Esta não se torna desmedida, até porque, não sendo nem único e nem mesmo dominante – aqui aflora outro traço explosivamente eurocêntrico dos críticos do trabalho – o trabalho imaterial se converte em trabalho intelectual abstrato (VINCENT, 1993), estabelecendo-se, então, um complexo processo interativo entre trabalho, saber e ciência produtiva que não leva à extinção do tempo socialmente médio de trabalho para a configuração do valor, mas, ao contrário, insere os crescentes coágulos de trabalho imaterial na lógica da acumulação e sua materialidade, inserindo-os no tempo social médio de um trabalho cada vez mais complexo, assimilando-os à nova fase da produção do valor.

Configura-se, então, uma força de trabalho mais complexa, multifuncional, sintonizada com a fase da empresa enxuta, flexibilizada e toyotizada, na qual a força de trabalho é explorada de maneira ainda mais intensa e sofisticada, material e imaterialmente, quando comparada à fase taylorizada-fordizada.

Portanto, menos que uma descompensação da lei do valor, a crescente imbricação entre trabalho material e imaterial, dada pela ampliação das atividades

dotadas de maior dimensão intelectual, tanto nas atividades industriais mais informatizadas, quanto nas esferas compreendidas pelo setor de serviços ou nas comunicações, configura uma adição fundamental para se compreender os novos mecanismos da teoria do valor.

Para exemplificar essa tendência, recorro à propaganda da *Manpower*, transnacional que terceiriza força de trabalho em âmbito mundial. Trata-se de uma empresa que “constrói parcerias com clientes em mais de 60 países, (...) mais de 400 mil clientes dos mais diversos segmentos, como comércio, indústria, serviços e promoção (...). A *Manpower* está preparada para atender seus clientes com serviços de alto valor agregado [grifos meus], como contratação e administração de funcionários temporários; recrutamento e seleção de profissionais efetivos, para todas as áreas; programas de trainees e de estágios, projetos de terceirização e serviços de contact center; administração de RH (RHTotal) e contratação de profissionais com alto grau de especialização (Divisão *Manpower Professional*) (*Manpower Brasil*, www.manpower.com.br).

O que é intangível para tantos, é claramente assimilado também pela Toyota, como se depreende do slogan adotado na entrada da unidade de Takaoka: “*Yoi kangae, yoi shina*” (“bons pensamentos significam bons produtos”), fixado na bandeira que tremulava na entrada da unidade produtiva. (BUSINESS WEEK, 2003). Certamente a montadora nipônica (assim como a *Manpower*) sabe quantificar e contabilizar o mais-valor que extrai do trabalho qualitativo.

Ao contrário, portanto, da desmedida do valor trabalho, esta sofre uma alteração qualitativa que lhe fortalece e dá vitalidade ao capital, tanto em seu processo de valorização, quanto em seus embates contra o mundo do trabalho. Menos que uma redução ou perda de relevância da teoria do valor-trabalho, esta vivencia uma alteração substantiva, dada pela ampliação das formas e mecanismos de criação e valorização do capital, processualidade fortemente marcada, ainda, pela ampliação das formas e mecanismos de extração do sobretrabalho.

Portanto, o trabalho imaterial (ou não-material, como disse Marx no *Capítulo VI*, inédito) expressa a vigência da esfera informacional da forma-mercadoria (VINCENT, 1993; 1995; TOSEL, 1995), exprimindo as mutações do trabalho no interior das grandes empresas industriais e de serviços que são dotados de tecnologia de ponta, estando centralmente subordinados à lógica da produção de mercadorias e de capital. São formas de trabalho (intelectual) abstrato, e não da sua finitude.

Por fim, é preciso acentuar, como procuramos desenvolver em *Os Sentidos do Trabalho*, que a imaterialidade é uma tendência, enquanto a materialidade é ainda

largamente prevalente, especialmente quando se olha o capitalismo em escala global, mundializado, desenhado pela (nova) divisão internacional do trabalho, onde, vale lembrar uma vez mais, 2/3 da humanidade que trabalha encontra-se nos países do Sul. A explosão chinesa (para não falar da Índia) na última década, ancorada na enorme força sobrando de trabalho e na incorporação de tecnologia informacional, tudo isso articulado com um controle sócio-técnico dos trabalhadores, vêm permitindo uma exploração desmesurada da força de trabalho e, como consequência, uma expansão monumental do valor, que infirma (empírica e teoricamente) a teoria da irrelevância do trabalho vivo no mundo da produção de valor. E parece enfraquecer bastante a tese da imaterialidade do trabalho como forma de superação ou inadequação da lei do valor.

Do trabalho intensificado do Japão ao trabalho contingente presente nos Estados Unidos; dos imigrantes que chegam ao Ocidente avançado ao submundo do trabalho no pólo asiático; das maquiladoras no México aos precarizados/as de toda a Europa Ocidental; da Nike aos McDonalds, da General Motors à Ford e Toyota, das trabalhadoras dos call center aos trabalhadores da Wal Mart, pode-se constatar que o inferno do trabalho vem expressando as distintas modalidades de trabalho vivo, necessárias para a criação do valor.

Um último comentário: em recente entrevista acima concedida por André Gorz (2005a), podemos recolher vários traços críticos, tanto ao crescimento mensurado exclusivamente pelo capital e pelo mercado, bem como sua recusa ao capitalismo, acrescentando que se torna imperioso uma “lógica subversiva” para desmontá-lo. Essas formulações, de certo modo, nos lembram o André Gorz de seus escritos mais críticos e radicais. E, neste universo, nossas convergências são maiores.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho, São Paulo: Ed. Cortez/Ed. Unicamp, 1995.

_____. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. *O caracol e sua concha*: Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Ed. Boitempo, 2005.

ÉSQUILO. *Prometeu acorrentado*. Rio de Janeiro: Ediouro, sem data.

GORZ, Andre. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1982.

_____. *Metamorfoses do trabalho*. São Paulo: Ed. Anablume, 2003.

_____. *Imaterial*. São Paulo: Ed. Anablume, 2005.

_____. *IHU on line*, Ano 5, edição especial, janeiro de 2005.

HEGEL. *Fenomenologia del espíritu*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1966.

HESÍODO. *Os trabalhos e os dias*. São Paulo: Iluminuras, 1990.

HUWS, Ursula. *The making of a cybertariat* (virtual work in a real world), Monthly Review Press/The Merlin Press, Nova Iorque/Londres, 2003.

LUKÁCS, Georg. *Ontologia dell'essere sociale II*, Vol. 1 e 2. Roma: Ed. Riuniti, 1981.

_____. *Historia y conciencia de clase*. Barcelona: Grijalbo, Península, 1975.

MARX, Karl. *O Capital*, Vol. 1/1. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1971.

_____. *Capítulo VI*, inédito. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

TOSEL, André. *Centralité et non-centralité du travail ou la passion des hommes superflus*. In: BIDEET, Jacques; TEXIER, Jacques, 1995.

VINCENT, J. Marie. *Flexibilité du Travail et Plasticité Humaine*. In BIDEET, Jacques; TEXIER, Jacques, 1995.

_____. *Les Automatismes sociaux et le 'General Intellect'*. In Paradigmes du travail, Futur Antérieur, n. 16, L'Harmattan, Paris, 1993.

Nota

- 1 Professor Titular de Sociologia do Trabalho no IFCH/UNICAMP e autor, entre outros livros, de *O caracol e sua concha* e *Os sentidos do trabalho*, ambos publicados pela Boitempo. Coordena também as coleções Mundo do Trabalho (Boitempo) e Trabalho e Emancipação (Ed. Expressão Popular).

Submetido em março de 2011, aceito em abril de 2011.

